

# AS NARRATIVAS DIGITAIS DOS MOVIMENTOS NEGROS FEMININOS E ÉTNICOS RACIAIS NO COMBATE A MATRIZ COLONIAL DE PODER



**V SICCAL**

**[ GT5 - CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA ]**

**Lúcia Maria de Souza Félix**

*Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), São José dos Campos, SP*

**Fabiana Félix do Amaral e Silva**

*Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), São José dos Campos, SP*

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

A Matriz Colonial de Poder (MCP), foi uma das estratégias utilizadas para escravizar os africanos nas Américas. Por exemplo, no Brasil, que foram escravizados, onde efetivaram o racismo estrutural (Almeida, 2020). Por isso, a população negra brasileira, travou uma batalha permanente na sua trajetória de lutas e resistências, (Gomes, 2011) para conquistar a sua participação democrática no país, utilizando-se no início do século XXI, a educação popular, como uma das alternativas para denunciar nos territórios físicos das cidades, dos quatro domínios proposto por (Quijano, 1997), no entanto, com a pandemia no Brasil em (março/2019), as denúncias se ampliaram nas redes sociais. Este trabalho, partiu de um levantamento bibliográfico e da netnografia (Kozinets, 1996), onde mapeou as ações de educação popular no (facebook) dos movimentos sociais negros de São José dos Campos - SP, no período de 2019 a 2021, que combatem ao racismo estrutural praticado no país.

**Palavras-chave:** Movimentos negros. Matriz colonial de poder. Racismo estrutural. Redes sociais. Resistência.

The Colonial Power Matrix (MCP) was one of the strategies used to enslave Africans in the Americas. For example, in Brazil, they were enslaved, where they carried out structural racism (Almeida, 2020). Therefore, the Brazilian black population, fought a permanent battle in its trajectory of struggles and resistance, (Gomes, 2011) to conquer its democratic participation in the country, using popular education in the beginning of the 21st century, as one of the alternatives to denounce in the physical territories of the cities, of the four domains proposed by (Quijano, 1997), however, with the pandemic in Brazil in (March/2019), denunciations started to be carried out on social networks. This work started from a bibliographic and netnography survey (Kozinets, 1996), where it mapped the actions of popular education on (facebook) of the black social movements of São José dos Campos - SP, in the period from 2019 to 2021, which fight against the structural racism practiced in the country.

**Keywords:** Black movements. Colonial power matrix. Structural racism. Social networks. Resistance.

La Matriz de Poder Colonial (MCP) fue una de las estrategias utilizadas para esclavizar a los africanos en las Américas. Por ejemplo, en Brasil, fueron esclavizados, donde llevaron a cabo racismo estructural (Almeida, 2020). Por lo tanto, la población negra brasileña, libró una batalla permanente en su trayectoria de luchas y resistencias, (Gomes, 2011) para conquistar su participación democrática en el país, utilizando la educación popular en el inicio del siglo XXI, como una de las alternativas a la denunciar en los territorios físicos de las ciudades, de los cuatro dominios propuestos

por (Quijano, 1997), sin embargo, con la pandemia en Brasil en (marzo / 2019), se empezaron a realizar denuncias en las redes sociales. Este trabajo partió de una encuesta bibliográfica y netnográfica (Kozinets, 1996), donde se mapearon las acciones de educación popular en (facebook) de los movimientos sociales negros de São José dos Campos - SP, en el período de 2019 a 2021, que luchan contra el racismo estructural que se practica en el país.

**Palabras clave:** Movimientos negros. Matriz de poder colonial. Racismo estructural, Redes sociales. Resistencia.

## Introdução

---

A forma brutal de como foi imposta para indígenas e a população negra africana o modo de vida no Brasil, declara a violência dos projetos a eles atribuídos, que permitiram a colonização destes povos, para inserir a modernidade na Américas. Neste sentido, (Mignolo, 2017):

O conceito como empregado aqui, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados.

Portanto, nos conceitos, da modernidade/colonialidade, percebe-se que há suas especificidades nas suas formulações, que foram efetivados por meio dos projetos particulares, que ajudaram a colonizar os povos indígenas e os africanos, onde na modernidade, ambos povos foram submetidos a um modo de vida universal, e, na colonialidade, percebe-se uma proposta que logrou colonizar suas mentes e seus corpos, considerando-os como povos subalternos, foi possível expropriá-los da vida urbana brasileira desde de o período colonial até a contemporaneidade.

Dentro deste contexto, estes povos, foram submetidos a uma Matriz Colonial de Poder, que funciona dentro de quatro domínios, segundo (Mignolo, p.5, 2017):

Na sua formulação original por Quijano, o “patrón colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade.

Isto quer dizer que, diversos povos foram subjugados dentro da Matriz Colonial do Poder, sendo excluídos da economia, da sua autoridade enquanto povo, dos seus conhecimentos e da sua subjetividade, para serem dominados pelos europeus, para que pudessem colonizá-los para a acomodação da modernidade, como foi o caso dos indígenas e dos africanos.

Neste sentido, uma das formas de realizar a Matriz Colonial de Poder, se deu a partir dos projetos particulares, sendo específicos para diferentes povos, por exemplo, no caso dos indígenas e dos africanos. Ou seja, para os indígenas, no Brasil, o projeto na Matriz Colonial de Poder, se realizou com a invasão de seus territórios e, com os africanos, os europeus criaram o racismo.

Dentro deste contexto, o racismo que se inicia com os africanos que vieram para o Brasil, se deu a partir de uma ideia inicial que foi pretensamente individual, genótipa e fenótipa, e, se consolidou em um racismo cultural. (Fanon, p. 36, 1969).

Como é perceptível, por exemplo, nos relatos genótipos que os europeus escreviam sobre os povos da África. Ou seja, (Munanga, p.14, 2009): “A ideia de gente sem cabeça ou com ela no peito, com chifres na testa, ou com um só olho, gente com rosto de cão faminto e coisas do gênero

dominava os escritos ocidentais sobre a África nos séculos XV, XVI e XVII.”

A partir da afirmação de (Munanga, 2009), identifica-se a intenção dos europeus em inserir traços físicos que demonstravam a desvalorização física humana dos africanos, quando colocam descrições físicas que não são comuns aos seres humanos, e, que, foram pretensas, porque eles já tinham reconhecido as diferenças físicas e culturais entre eles, e com isso, se aproveitaram para montar uma ideia generalizada da raça negra africana, como afirma (Munanga, p. 14, 2009):

Embora reconhecessem as diferenças físicas e culturais entre os negros encontrados no continente, os europeus ficaram mais impressionados com os aspectos que vários povos tinham em comum: a cor da pele, o cabelo, a forma do nariz e dos lábios, a forma da cabeça, etc. Desses traços físicos, considerados elementos coletivos, “montou-se” um negro geral.

Portanto, os europeus já sabiam quais eram as características físicas da população africana, e, que em nada elas correspondiam com os relatos que fizeram sobre eles, e, ainda assim, se aproveitaram dos aspectos físicos comuns dos africanos, tais como, cor da pele, texturas do cabelo, etc. para criarem uma ideia de um negro geral.

Neste sentido, quando os europeus criaram uma ideia de negro geral, a partir de seus traços físicos, que eles montaram em torno de características comuns entre eles, impelindo uma ideia de raça para a população africana, no entanto, (Santos, p.2, 2010):

A maioria dos autores tem conhecimento de que raça é um termo não científico que somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, estritamente puro; como em algumas espécies de animais domésticos. Essas condições, no entanto, nunca são encontradas em seres humanos. O genoma humano é composto de 25 mil genes. As diferenças mais aparentes (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) são determinadas por um grupo insignificante de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano. Há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem.

Portanto, considerando que raça é um termo biológico, que em relação ao ser humano, onde as suas diferenças, são determinadas por um número insignificante de genes, isto mostra que é impossível determinar as diferenças entre um povo africano negro e um nórdico, as suas diferenças, neste sentido, corroboramos com (Santos, 2010), que o termo raça é inexistente.

Neste sentido, quando os europeus impeliram, uma ideia de raça, na verdade, ela foi utilizada, para consolidar a ideia de racismo, que passou a fazer parte da Matriz Colonial de Poder, como um projeto particular para a população negra, desde de o período colonial até os dias atuais.

Por isso, os negros africanos e seus descendentes sempre resistiram e lutaram em um processo que se realizou dentro de uma batalha, em (Gomes, p. 3, 2011):

Uma trajetória que se inicia com os quilombos, os abortos, os assassinatos de senhores nos tempos da escravidão, tem ativa participação na luta abolicionista e adentra os tempos da república com as organizações políticas, as associações, a imprensa negra, entre outros. Também no período da ditadura militar, várias foram as ações coletivas desencadeadas pelos negros em prol da liberdade e da democracia.

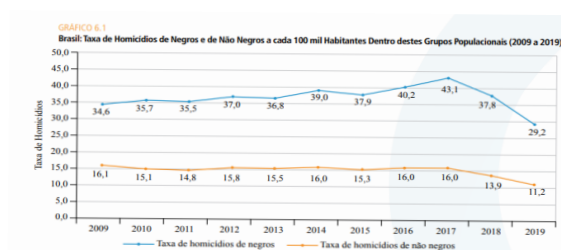
Portanto, um percurso de lutas e resistência do povo negro, que data, desde do quilombo, posteriormente, resistiu através dos tempos históricos (da abolição, da república, ditadura militar, etc.), dando continuidade na república até os dias atuais, com ações coletivas para conseguirem a sua liberdade e participação democrática no Brasil impedida pelo racismo.

Neste trabalho, entende-se o racismo como elemento estrutural e estruturante e está presente em todas as relações de poder e controle do mundo colonial/moderno (QUIJANO, 1996).

Neste sentido, adota-se como referência neste estudo a leitura realizada por (Almeida, p. 50, 2020) sobre as dimensões do racismo estrutural. O autor aponta que o racismo estrutural:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural.

Dentro deste contexto, historicamente o povo negro foi associado a fatos que o colocam em posição subalternizada nas relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas da sociedade brasileira, que levam a naturalização da violência física e psicológica exercida sobre ele, por causa da cor da sua pele, como podemos observar, por exemplo, por meio, no Gráfico do relatório de homicídios do (Atlas da Violência, 2021):



[Figura 1]  
Taxa de homicídios de  
negros e não negros

Fonte: Atlas da violência – Relatório 2021

O gráfico 6.1 do Atlas da Violência do relatório, exhibe dados onde é possível identificar que desde 2009 a 2019, os homicídios sempre foram mais recorrentes com os negros do que com os não negros.

Isto demonstra que a cor da pele é o fator deste tipo de violência, porque ao observarmos a curva e a incidência dos casos de homicídios no Brasil, apontam que em dez anos de ocorrências, não houve nenhuma mudança nos casos de violência física desta natureza, quando comparada com a situação da população não negra, são os negros que sofrem mais esta violência. Ao nosso ver, isto está vinculado ao racismo estrutural.

## As conquistas dos movimentos sociais negros no Brasil

Com base, em dados estatísticos, como o que apresentamos anteriormente, é possível dizer que a população negra, assim como os indígenas, são considerados como população subalterna na vida urbana brasileira, porque sofrem com a desvalorização da sua cultura, dos seus traços físicos, etc.

No entanto, sempre eles resistiram, ora por meio da cultura (religião, idioma, dança, etc.) ora por meio dos movimentos sociais, que foram preponderantes na conquista de seus direitos humanos.

Nesta trajetória das lutas e resistências, os africanos e seus descendentes e os indígenas, não se mostraram estáticos nas suas organizações políticas no enfrentamento das opressões que sofrem todos os dias.

Por exemplo, como agiu o povo negro, que passou também a atuar no cenário brasileiro, por meio dos movimentos sociais negros em meados do século XX, que foram fundamentais nas pautas das conquistas das políticas afirmativas para inserção da população negra na vida urbana democrática brasileira, que atua ora na política institucional ou dentro da cultura afro-brasileira, conforme aponta (Gonçalves, p.7, 1998):

[...] Reconhece-se que o movimento negro é um ator coletivo dividido. De um lado, ele busca alianças com os chamados setores progressistas (partidos, sindicatos), reforçando o caráter instrumental de suas organizações. De outro, ele evoca

a tradição afro-brasileira para resistir contra as formas de dominação cultural do mundo moderno.

Neste sentido, nesta atuação que o autor menciona “que o movimento negro é um ator coletivo dividido”, ao nosso ver, se deve ao processo histórico das formas de organização que acompanhou os momentos históricos do Brasil, onde foi necessário um desdobramento para o avanço das pautas reivindicatórias da população negra com setores que já atuavam fortemente na luta pelos seus direitos, como era o caso dos sindicatos, na luta pelos direitos trabalhistas e os partidos políticos progressistas que lutam pela democracia.

Portanto, foi necessário, fazer alianças com estes grupos, para ampliar a sua atuação política no cenário brasileiro, o que significa que não precisava desvincular-se da cultura afro-brasileira, como forma de luta e resistência, porque ela está fundamentada no legado dos conhecimentos da História da África, marcando a identidade ancestral do povo negro brasileiro.

Dentro deste contexto, uma das conquistas efetivadas pelos movimentos negros a partir destas parcerias, foi a das políticas afirmativas, entre as diversas, separamos, a Lei 10.639/03, que trouxe mudanças no bojo da organização institucional, para combater o racismo institucionalizado.

A Lei 10.639/03, obriga o ensino sobre História e Cultura afro-brasileira nos currículos da Educação Básica brasileira, nos ensino públicos e privados, que modificou a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação Brasileira de 1996, que estabelece no:



Art. 1<sup>a</sup> A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Ou seja, ao ser aprovada a Lei 10.639/03, além de alterar a Lei de Diretrizes de Bases Nacionais nos currículos escolares da Educação Básica, nos ensinos públicos e particulares, ela permitiu um diálogo com temas de outros povos, como a dos africanos, para além da cultura eurocentrada, que impede trazer os conhecimentos ancestrais dos povos africanos e para seus descendentes.

Que posteriormente alterou a Lei 10.639/03 para Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Portanto, foram conquistas relevantes para o enfrentamento do racismo no Brasil e para a valorização destes povos que foram desvalorizados desde de o período colonial no Brasil, porque a educação permite partilhar conhecimentos, por exemplo, em relação a diversidade cultural, além de permitir debates que estão no escopo dos projetos particulares da modernidade/colonialidade, que tem submetido os povos

indígenas e a população negra a Matriz colonial do Poder, que tem impedido a participação democrática na sociedade brasileira.

### **Os entraves para uma participação democrática da população negra no Brasil**

---

Ao nos reportamos as políticas afirmativas, é preciso ressaltar que apesar da conquista da aprovação ter sido uma grande vitória para a população negra, ainda é possível encontrar alguns entraves, por exemplo, o da implementação da Lei 10.639/03, porque segundo, (Araújo, p.4, 2018):

Há de se considerar que a proposta da Lei 10.639/2003 é revolucionária para a educação brasileira, pois ela propõe o estabelecimento de novas matrizes civilizatórias para se pensar o Brasil a partir da educação. Ela questiona universalismos acadêmicos que domesticam a educação brasileira numa matriz branca, européia, capitalista, cristã, machista, homofóbica e individualista nos sistemas escolares de ensinos brasileiros.

Esta afirmação, deixa claro que a inserção da Lei, apresenta dificuldade de implementação, porque, segundo o autor a considera, a Lei é uma proposta revolucionária nos sistemas de ensino brasileiros.

Isto porque ela descolonizaria segundo (Araújo, 2018), a cultura europeia, o capitalismo, o machismo, a homofobia e individualidade, etc, impedindo, portanto, a implementação de uma Lei



que pode traduzir uma outra matriz civilizatória, diferente da que é efetivada na contemporaneidade.

Neste sentido, outras alternativas de atuação políticas que sempre foram utilizadas pelos movimentos sociais, precisam também ser valorizadas, tais como a educação popular, porque (Strek, p.2, 2013): “A premissa é que a educação popular é um movimento pedagógico de resistência à dominação, seja ela de classe, de raça, de gênero ou outras.

Por isso, a educação popular, é uma alternativa como uma ferramenta política para realizar narrativas e ações políticas, que combatem o racismo estrutural, por exemplo, como que ainda existe na Educação Básica, que ainda funciona dentro da educação eurocêntrica.

## **O Papel dos movimentos negros e da mulher negra na sociedade brasileira**

---

A partir do histórico do racismo estrutural brasileiro, percebe-se que a educação popular, sempre foi umas das alternativas utilizadas pelos movimentos negros no Brasil para inserirem as suas narrativas, para o enfrentamento do racismo estrutural, em diferentes partes dos territórios dos municípios, onde é a escala geográfica que se percebe como opera os quatro domínios da Matriz Colonial de Poder, propostos por (Quijano, 1996).

No entanto, a partir de março de 2019, quando a Pandemia do COVI-19, se iniciou no Brasil, com as medidas de isolamento social, uma das formas de se efetivar as narrativas, foi a de ser realizada por meio das redes sociais, como alternativa de luta antirracista, com denúncias do racismo estrutural, e outras que marcam também a discriminação de gênero.

Neste embate, as narrativas das mulheres negras, vão se intensificando nas redes sociais, mostrando que elas são fundamentais para que possa evidenciar que o seu potencial, não se restringe apenas aos fatos que a elas são atribuídas, de forma subjetivada e racista desde o período colonial.

Segundo, (Carneiro, p.11, 2020):

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance.

Em outras palavras, as mulheres negras e indígenas que formaram a nossa identidade nacional, trouxeram a miscigenação, que foi utilizada como estratégia para criar a democracia racial.

Desta forma, a mulher negra e indígena, também passam a ser alvo dentro do projeto particular do colonialismo, sendo invisibilizada na sociedade brasileira, no caso da mulher negra, a sua sexualidade é deturpada, é estilizada, vinculando-a ideia erótica, algumas vezes romantizada, tentando diminuir a sua presença também como um ser político que deve atuar na sociedade brasileira, está submetida nesta sociedade machista, individualista, homofóbica, etc.

Por isso, as mulheres negras e as indígenas, têm se tornado cada mais presentes no cenário brasileiro, e, na Pandemia do COVID, surgiram, vários coletivos, trazendo as suas narrativas nas redes sociais, marcando portanto, o seu espaço no cenário brasileiro.

Bem como, de outros grupos étnicos da população negra, como aconteceu com os movimentos negros de São José dos Campos, que se utilizam da educação popular para efetivar as suas narrativas.

E, para evidenciar como foi realizada estas narrativas das mulheres negras e dos grupos étnicos raciais negros, foi realizada na netnografia (Kozinets, 1996), que surge a partir do processo etnografia digital, onde foi mapeada as ações de educação popular no combate ao racismo de oito movimentos sociais negros de São José dos Campos - SP, no período de 2019 a 2021, a partir da análise das suas redes sociais, facebook,

instagram, Twitter, etc). A metodologia da netnografia é um (Silva, p. 38, 2015):

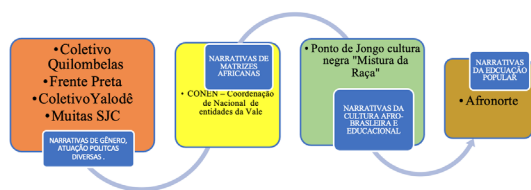
[...] cunhado pelo professor canadense Robert Kozinets por volta de 1995 durante a escrita de sua tese doutoral e já no ano de 1996 ele passou a publicar artigos e publicações sobre a temática. Para Kozinets (2014, p. 15) [...]“os websites de redes sociais e mundos virtuais levam os complexos marcadores de muitas culturas e ambos manifestam e forjam novas conexões e comunidades.”

O objetivo de tal levantamento foi evidenciar como estas experiências de educação popular, foram importantes para dar uma noção dos enfrentamentos população negra contra a Matriz Colonial de Poder efetivada nas redes sociais que atuam no município.

Portanto, é uma metodologia que permite identificar os grupos que se colocam nas redes sociais, mostrando as manifestações, ampliando narrativas que são diferenciadas entre si, evidenciando pontos que se convergem em discursos que ampliam a visão em torno de determinado tema.

Dentro deste recurso metodológico, mapeamos as narrativas de 04 movimentos de mulheres negras, com atuação nos temas referentes a gênero, outro coletivo de matriz africana, com expressiva narrativa nas questões religiosas, e 01 grupo étnico de atuação na Cultura Afro-Brasileira e educacional e 01 coletivo que tem significativa atuação com projetos de Educação Popular. Nota-se que todos estes coletivos, possuem uma atuação política que evidencia os quatro domínios propostos por (Quijano, 1996),

no município no São José dos Campos e região:



[Figura 2]

### Diagrama dos movimentos negros netnografados

Fonte: Facebook (2019 a 2021)

A figura 2, mostra uma os nomes dos coletivos e que temas estão mais vinculados as narrativas que realizam nas redes sociais.

## As narrativas digitais das mulheres negras e dos demais grupos étnicos no combate a Matriz Colonial de Poder

Dentro das narrativas femininas, destacamos, o coletivo das “Quilombelas, onde que criaram coletivos próprios das pautas femininas, porque perceberam a “[...] invisibilidade da mulher negra dentro do próprio movimento negro, um grupo de mulheres que já atuavam neste segmento resolveram se juntar e criar um espaço com o tema (mulher)”.

Portanto, este exemplo, mostra que precisaram se impor além dos movimentos negros que ainda colocava a mulher em papel negligenciado da sua participação no mesmo.

Na página deste coletivo, observou uma atuação que marca ações políticas de enfrentamento dos problemas sofridos pela população negra.

Como por exemplo, foi possível observar na live do “Projeto Histórico Heroínas Negras”, onde elas conversam sobre vários assuntos, entre eles, debateram algumas estratégias para cobrar dos parlamentares das Câmaras legislativas, a terem o compromisso com as pautas identitárias e contra o racismo estrutural.

Bem como, outras propostas de ação política, cobrando as empresas privadas na cooperação de ações políticas de ajuda humanitária, por exemplo, a empresa Jonhson & Jonhson, com a doação de produtos higiênicos, a se comprometer a doar produtos que são utilizados pelas mulheres (fraldas, absorventes higiênicos, sabonetes etc.).



[Figura 3]

Fonte: Facebook

Portanto, são questões que discutem, o cotidiano da mulher negra, que historicamente é desvalorizada no Brasil, com temas relevantes para elas que não estão nas pautas dos

movimentos negros, onde a maioria é masculina e muito menos na sociedade brasileira como um todo.

Outro exemplo dentro das discussões do gênero, é o do coletivo **Iyalodê**, página criada em 20 de novembro de 2020, que é: “de arte e cultura formado por mulheres de São José dos Campos – SP, em junho de 2020, elas lançaram seu primeiro livro, onde relatam que: “[...] essa conquista para nós, mulheres negras de São José, e para a cultura afrobrasileira. Porque dessa vez não fomos silenciadas. SE ME DEIXASSEM FALAR é sobre isso.”.

As mulheres negras deste movimento, lançaram um livro com o título “Se me deixassem falar”, que contam histórias de como de “redescobriram enquanto mulheres negras”.

O que denota, que as mulheres negras são invisibilizadas, certamente por isso, quando passam pelo processo de se auto reconhecerem enquanto mulheres negras, elas se redescobrem, e neste coletivo, mostram que quando se redescobriram enquanto mulheres negras, elas decidiram registrar este fato e mostrar as diversas experiências das mulheres negras deste coletivo, publicando o livro, “Se me deixassem falar”.

Neste sentido, elas fizeram um vídeo, na página do coletivo, nas redes sociais, onde colocam as suas impressões da experiência que sentiram quando se redescobriram como mulheres negras, que certamente,

pode ajudar outras mulheres negras que podem estar passando por neste processo.

Já, o coletivo MUITAS SJC é um movimento: “Movimento Popular das LGBTQIA+, das negras e das Quebradas

Juntas contra a Injustiça Social, Racial, de Gênero pelo Bem Viver”.

As mulheres deste coletivo, participaram da manifestação que aconteceu em 22 de outubro 2021, contra o presidente Jair Bolsonaro, marcando a participação da mulher nos movimentos de atuação política contra o genocídio, contra a população negra.

Portanto, temas que trazem uma atuação política que marca presença das mulheres negras que mostram que elas estão além de atuação romantizada veiculada na sociedade brasileira na atualidade.

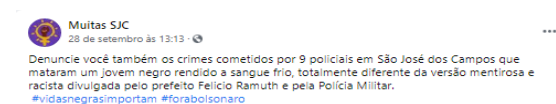


[Figura 4]

Fonte: Facebook



Como também, realizaram, em vídeo, que denunciaram os homicídios contra a população jovem negra no município de São José dos Campos:



[Figura 5]

Fonte: Facebook

Dentro deste contexto, o coletivo “Frente Preta” também, teve participação relevante na denúncia do racismo, por exemplo, quando se manifestou com um ato público em 20 novembro de 2020: “junto com outros coletivos e ativistas OCUPOU o Carrefour da cidade de São José dos Campos, contra o assassinato de mais um homem negro. João foi morto espancado por seguranças enquanto muitos olhavam.”



[Figura 6]

Fonte: Facebook

Este movimento negro, fez debates em vídeo, em julho de 2020, tratou da situação da mulher negra no mercado de trabalho. Como também, incentivou a participação celebrações que marcam a presença da mulher negra no país, lembradas neste movimento negro feminino:



[Figura 7]

Fonte: Facebook

E outros grupos que com outras narrativas étnicos raciais, como, o Afronorte:



[Figura 8]

Fonte: Facebook

Que tem parceria com a UNEafro, trabalha com adolescente e jovens que querem ingressar na universidade, realizam cursinho populares no Núcleo denominado “Luiza Mahin”.

Além desta parceria com a Uneafro, a **Ong Afronorte**, também realizou, em 30 de maio de 2020, uma ação solidária. Fazendo entrega de cestas básicas na pandemia da comunidade quilombola “Tamandaré” em Guaratinguetá, município, localizado no Vale do Paraíba, a aproximadamente 87M de São José dos Campos.

Nesta ação, observa-se a denúncia da exclusão de grupos da população negra,

onde fica claro, também, o domínio da economia, pela Matriz colonial de Poder, quando os submetem a viverem em situações precárias de saúde, educação, etc., como é o caso, das comunidades quilombolas.

Que, historicamente foram marginalizadas pelos serviços do Estado brasileiro, onde muitas vezes, foram expulsos, alegando que eles não direito à terra onde vivem, por não possuírem a documentação das terras que foi herdada por direitos pelos seus ancestrais.

Outro grupo étnico que atua no município, que discute as questões das religiões de matriz africana, como a CONEM Vale (Coordenação Nacional Entidades Negras – Vale do Paraíba e região), é vinculada à CONEN Nacional que foi criada no, (Geledés, 2010):

[...] início da década de 1990 marca o fortalecimento da articulação dessas organizações que buscam a unidade de ação. Nasce a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), durante o I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen) realizado em São Paulo, em novembro de 1991. A Conen representou a articulação das novas forças atuantes de um setor do Movimento Negro brasileiro e orientou a luta política contra o racismo de forma mais precisa e planejada.”

O movimento da CONEN Vale, valorizou a Umbanda em julho de 2020: “Quero compartilhar e relembrar a toda família Umbandista a 14ª Procissão, Homenagem e Louvação para Xangô”, neste caso, o coletivo expressou a sua crença religiões de matrizes africanas como a Umbanda.

As religiões de matriz africanas que são desvalorizadas, onde em muitos casos, suas divindades, seus espaços de expressão religiosa

são destruídos, porque na religião, não há laicidade na teoria, mas na prática, elas são rechaçadas, lhe tirando a autoridade de expressar a suas crenças.

Outro coletivo, que tem um trabalho voltado para as questões étnico-raciais é do Grupo de Jongo “*Mistura da Raça*”, que “nasceu” há dezoito anos atrás, onde expressa os elementos da cultura africana brasileira, sendo parceiros de vários coletivos independentes, e líderes que não estão nos livros didáticos das escolas da Educação Básica exercendo, portanto, a dimensão de uma educação popular que tensiona o racismo estrutural presente no processo de educação formal eurocentrada.

Este coletivo, realizou uma atividade online, em 14 de agosto de 2021 com tema: “Vamos conversar um pouco sobre o #jongo, manifestação cultural afrobrasileira, tão presente no Sudeste do Brasil.” É importante, ressaltar que o Jongo, hoje é considerado um patrimônio imaterial Brasileiro pelo IPHAN (Instituto Patrimônio Histórico Nacional), que são heranças da cultura africana que foi deixada para a cultura brasileira.

Portanto, são narrativas que são efetivadas mostrando uma solidariedade ativa que marca seu espaço nas redes digitais, mas que na verdade, as lutas e resistências se dão nos territórios, para tentar ser inserida democraticamente no país.

No entanto, é preciso ressaltar que são narrativas que ainda causam um desconforto para a sociedade brasileira, porque estão pautadas na Matriz Colonial de Poder, dentro desta lógica, estes povos continuarão sofrendo o genocídio e sendo preservados sempre à margem da vida urbana brasileira. Portanto, as narrativas digitais, podem contribuir na disputa dos territórios por, (Santos, p.72, 2006):

Uma outra globalização supõe uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem. Sem dúvida, essa desejada mudança apenas ocorrerá no fim do processo, durante o qual reajustamentos sucessivos se imporão.”

Ou seja, uma outra globalização, com uma modificação radical, é necessária, onde é preciso colocar o homem na sua centralidade das pautas políticas, para que se rompa com a lógica da Matriz Colonial do Poder. Deste modo, os movimentos sociais populares são imprescindíveis, porque trazem propostas democráticas de inclusão social, que ajudam a pensar em uma outra globalização.

## Considerações finais

A internet, sem dúvida, é um espaço de disputa, que permite construir redes, onde este espaço precisa ser ocupado, para ampliar o campo de lutas e resistências das pautas de participação democrática no país. Por exemplo, a que tem feito, os indígenas e os movimentos negros, porque eles que tem ajudado, a ampliar os espaços de luta contra a Matriz Colonial de Poder.

Portanto, é preciso considerar que ocupar estes espaços midiáticos, são ações que estão vinculadas a dimensão do simbólico, político, cultural que, efetivados na educação popular, fortalecem as ações nos territórios dos municípios brasileiros.

Neste embate as mulheres negras, vem ampliando o seu espaço de participação, mostrando que o seu potencial vai além dos rótulos

que tem sido atribuído a ela, que as colocam em situações e participações subalternizadas.

Ao contrário que se percebe no território dos municípios e nas redes sociais, as narrativas das mulheres negras, também tem ajudado nas pautas reivindicatórias de diversos temas da política, da economia, da participação democrática da população negra no Brasil.

Portanto, não se pode deixar de ocupar qualquer espaço para evidenciar as lutas e resistências da população negra que cada mais tem mostrado que está se intensificando, a partir de seus coletivos de cultura, das mulheres, dos jovens negros e negras, a fim de possa participar democraticamente da sociedade brasileira.■

### [ LÚCIA MARIA DE SOUZA FÉLIX ]

Graduada em Ciências Sociais - Faculdades

Integradas de São José dos Campos (1986) .

Professora do Ensino Fundamental - Anos finais.

Tem experiência na área de Educação, com ênfase

em Ensino-Aprendizagem, graduanda do Curso

Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do

Vale do Paraíba. E-mail: lucsoufe@gmail.com

### [ FABIANA FÉLIX DO AMARAL E SILVA ]

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela

Universidade Presbiteriana Mackenzie (1999) e

Mestrado (2006) e Doutorado (2011) em Ciências

da Comunicação pela Universidade de São Paulo.

Pós-doutora no Programa de Mudança Social e

Participação Política da EACH-USP. Pós-doutora

do PLUR-UNIVAP. Atualmente é Professora e

Pesquisadora do Programa em Planejamento

Urbano e Regional - PLUR-UNIVAP, nos cursos de

Mestrado e Doutorado. Pesquisadora e professora

colaboradora do Centro de Estudos Latino-

Americanos sobre Cultura e Comunicação - CELACC-

ECA-USP. E-mail: fabiana.amaral@gmail.com



## Referências

---

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **“Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”** in Racismos Contemporâneos, org: Ashsoka /Takano Ed, Cidadania, Rio de Janeiro, 2003.

DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas**: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. Cadernos Pagu (28), p. 345- 374.janeiro-junho de 2007.

FANON, Frantz. **Racismo e cultura**. In: Defesa da Revolução africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1969.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira**: desafios, políticas e práticas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 27, n. 1, abr. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971>>. Acesso em: 01 abr. 2021. doi: <https://doi.org/10.21573/vol27n12011.19971>.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial. Por um projeto educativo emancipatório**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

GONCALVES, Luiz Alberto de Oliveira. **Os movimentos negros no Brasil**: construindo atores sociopolíticos. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n.09, p. 30-50, dez. 1998. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24781998000300004&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781998000300004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 jan. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Violência 2021**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 09.10.2021.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira (PUC-RJ). Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 32, nº 94, p. 02-18, junho de 2017.

MUNANGA. Kabengele. **Negritude usos e sentidos**. Editora Autêntica. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007\\_2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007_2010/2008/lei/111645.htm) Acesso em 09.10.2021.

SANTOS, Diego Junior da Silva et al. **Raça versus etnia**: diferenciar para melhor aplicar. Dental Press J. Orthod., Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, June 2010. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-94512010000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-94512010000300015&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 Apr. 2021. <https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>.

SANTOS. Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Suelen de Aguiar. **Netnografia aplicada aos processos de comunicação comunitária**: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará Volume 6. Número 2. Ano 2015. Páginas 35-55.

STREK, Danilo Romeu. A pesquisa em educação popular e a educação básica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 111-132, jan./jun. 2013.

#### Vista no site

AFRONORTE.

<https://www.facebook.com/pages/category/Art/AfroNorte-785873848272294/>. Último acesso 24.08.2021.

COLETIVO IYALODÊ.

<https://www.facebook.com/coletivoiyalode/> Último acesso 23.08.2021.

CONEN. Coordenação Nacional de Entidades Negras do Vale do Paraíba e Região.

[https://m.facebook.com/conenvale/?locale2=pt\\_BR&\\_\\_nodl&ref=external%3Awww.google.com&\\_rdr](https://m.facebook.com/conenvale/?locale2=pt_BR&__nodl&ref=external%3Awww.google.com&_rdr). Último acesso 24.08.2021.

FRENTE PRETA SJC

<https://www.facebook.com/frentepretasjc/>. Último acesso 12.08.2021.

MUITASSJC

<https://www.facebook.com/muitassjc/>. Último acesso 12.08.2021.

PONTO DE CULTURA MISTURA DA RAÇA.

<https://www.facebook.com/pontodeculturajongomisturadaraca/>. Último acesso 26.08.2021.

QUILOMBELAS. Núcleo de mulheres negras de São José dos Campos  
<https://www.facebook.com/Quilombelas-N%C3%BAcleo-de-Mulheres-Negras-de-S-JC-2283964275210829/>.